

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
Protocolo nº: 750392/2009	FUNDAÇÃO ESTADUAL
Divisão: PRO 23/12/09	FL. Nº 124
Mat. _____	MEIO AMBIENTE
Visto _____	

PARECER JURÍDICO

AUTUADO: CONSÓRCIO AHE FUNIL
PROCESSO Nº: 122/1992/008/2004
REFERÊNCIA: Recurso relativo ao Auto de Infração nº 526/2004
TIPO DE INFRAÇÃO: Gravíssima
PORTE: Grande

1) RELATÓRIO

A empresa em referência foi autuada pela FEAM em 03/02/2004, por infringir o art. 19, § 3º, item 6, do Decreto Estadual nº 39.424, de 05 fevereiro de 1998, com alterações do Decreto Estadual nº 43.127, de 27 de dezembro de 2002, *in verbis*:

"Art. 19 - Para efeito da aplicação das penalidades a que se refere o artigo anterior, as infrações classificam-se como leves, graves e gravíssimas.

§3º - São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

6 – Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou patrimônio natural ou cultural;

Devidamente notificada do Indeferimento da Defesa, nos termos do art. 32, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 43.127, de 27 de dezembro de 2002, a Autuada tempestivamente, apresentou seu Recurso, alegando, em síntese, que:

- Em razão da aplicabilidade imediata das normas processuais, deve prevalecer o regime recursal previsto no art. 43 do Decreto nº 44.844/2008;
- A decisão vergastada não abordou com o cuidado necessário os temas apresentados pelo Consórcio em sua peça de defesa;
- A mortandade de peixes, descrita no BO nº 1642/2004, não decorreu de contribuição alguma por parte do Consórcio recorrente, inexistindo, portanto, qualquer, conduta de sua parte em relação às interfaces do empreendimento com a fauna aquática, relacionando-se, antes sim, com circunstâncias imponderáveis, inevitáveis e alheias ao controle do empreendedor, além das próprias condições operacionais dos equipamentos de geração;
- Conforme já informado anteriormente no relatório CAHEF 001/04, na data de 23.12.2003 foram realizadas, por solicitação do Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS, duas interligações da unidade geradora nº 01 ao sistema, tendo ocorrido, em ambas as oportunidades, desligamento automático em decorrência do acionamento de sistemas de proteção contra subida do nível d'água na tampa da turbina;

- Verificando-se a ocorrência de circunstâncias aleatórias e alheias ao controle do Consórcio, as quais conduziram à parada da unidade de geração nº 01, evidenciada esta a combinação de fatores imponderáveis, inevitáveis e irresistíveis que permitem *in casu*, o alijamento da reação causal entre uma conduta do recorrente e os fatos verificados, afastando de forma integral a responsabilidade do recorrente;
- Não basta a simples verificação de um efeito ou resultado proscrito pelo ordenamento jurídico para que seja válida a imposição de sanção a um agente, pessoa física ou jurídica, faz-se necessário que o órgão fiscalizador proceda, previamente à imputação da conduta irregular ao administrado, a uma minuciosa investigação no intuito de constar o exercício da pretensão punitiva por parte da Administração Pública;
- No direito administrativo sancionar, a mera constatação de um resultado ilícito não é suficiente para que a conduta seja passível de repressão;
- Mostra-se juridicamente inadequado e ilegítimo o embasamento de uma autuação na simples constatação de determinado fato contrário ao direito, sem que o agente autuante tenha sequer colhido maiores informações sobre as circunstâncias envolvidas no evento. Os documentos apresentados pelo recorrente demonstram que o fato ocorrido, e em nenhum momento negado, deu-se face à intercorrência de circunstância externa à sua vontade;
- Não há, no caso vertente, qualquer evidência de liame causal entre uma conduta reprovável por parte dos representantes do Consórcio e os episódios em foco;
- O resultado lesivo decorreu de eventos estranhos ao sujeito e marcados pelo caráter extraordinário, e não de uma ação ou omissão do agente, erodem-se as bases estruturantes do vínculo ou liame causal, inexistindo, destarte, qualquer possibilidade de atribuição de responsabilidade jurídica ao recorrente;
- Em razão dos mesmos eventos que ensejaram a autuação ora impugnada, logrou o Instituto Estadual de Florestas – IEF lavrar o Auto e Infração nº 033613-4 – Série A, do qual foi devidamente cientificado o Consórcio AHE Funil em 04/02/2004, tendo o correspondente Recurso/Defesa sido apresentado àquela Autarquia em 05/03/2004;
- A pretensão punitiva do Estado é uma só e a política ambiental é uma e insusceptível de fragmentação, atuando todos os órgãos ambientais no âmbito e sob a coordenação de um mesmo sistema – o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, previsto já embrionariamente no art. 6º da Lei Federal nº 6.938/81;
- Requer a redução do valor da multa porventura imposta, face à consideração da circunstância atenuante prevista no art. 68, inciso I, alínea “b” do Decreto nº 44.844/2008.

II) ANALISE JURÍDICA

Sob o aspecto jurídico, o Recuso não apresentou nenhuma tese ou fundamentação capaz de desconstituir ou descaracterizar a infração cometida e capitulada no Auto de Infração, tampouco para revogar a decisão proferida pela URC DO SUL DE MINAS.

Os fatos narrados nos autos demonstram com clareza a ocorrência do acidente ambiental nos meses de dezembro de 2003 e janeiro de 2004, com grande mortalidade de peixes no rio Grande, em plena piracema, à jusante da barragem da Usina Hidrelétrica Funil, em virtude da entrada em operação de equipamentos seus.

Registra-se que no dia 31/01/2004 foi publicada a Deliberação COPAM Nº 135, suspendendo as atividades de operação da Unidade Geradora nº 1 do Consórcio AHE Funil até a adoção de procedimentos que confirmem grau máximo de segurança à sua retomada, impedindo a repetição dos eventos de mortandade de peixes verificada. (Fls. 17).

Em relação às argumentações trazidas à baila pelo Autuado no seu Recurso, data vênua, as mesmas não merecem ser consideradas, uma vez que o próprio Autuado assumiu expressamente a ocorrência da infração, ainda que esteja afirmado que tal fato se deu por circunstancia alheias à sua vontade.

O fato do IEF ter lavrado também auto de infração por infringência à Lei Florestal (Lei nº 14.309/2002) não afeta este Auto de Infração lavrado pela FEAM por infringência à Lei nº 7.772/1980 e seu regulamento pelo Decreto nº 39.424/98.

Segundo o art. 72, § 1º, da Lei Federal nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, deverão ser aplicadas cumulativamente as sanções a elas cominadas.

A situação *in tela* deve ser apreciada especificamente sob a seara do Direito Ambiental, onde inexiste qualquer dúvida quanto a culpabilidade do Autuado, em razão da aplicação da responsabilidade ambiental objetiva, preconizada no art. 225, § 3º da Constituição da República, sendo irrelevantes, portanto, quaisquer alegações que pretendam negar a ocorrência do fato ou a responsabilidade do agente.

Cumprе mencionar que a responsabilidade administrativa ambiental surge no momento em que as normas ambientais administrativas são ofendidas. Isso significa que as infrações administrativas se concretizam pela violação ao ordenamento jurídico ambiental, tal qual ocorreu no caso em epígrafe, com a transgressão do art. 19, § 3º, item 2, do Decreto nº 39.424/1998, com as alterações do Decreto nº 43.127/2002.

Os pressupostos da responsabilidade administrativa ambiental são: a conduta, que pode ser imputada à pessoa física ou jurídica que tenha concorrido com ação ou omissão para a prática da infração, e a ilicitude, ou seja, que a conduta praticada seja enquadrável no resultado descrito em um tipo infracional ou tenha ensejado em violação de regras jurídicas ambientais.

Importante destacar que na esfera administrativa infração é caracterizada não necessariamente pela ocorrência do dano, mas pela inobservância de regras

jurídicas, de que podem ou não resultar consequências prejudiciais ao ambiente. Em outras palavras: a responsabilidade administrativa existe mesmo que o dano ambiental não tenha ocorrido, ou seja, o ato de contrariar normas administrativas, por si só, gera a responsabilidade para o infrator.



Outrossim, pela Concepção do Risco Integral, adotada pelo Direito Ambiental Brasileiro, entende-se que o empreendimento responde por todos os riscos de danos havidos em razão das atividades de seu empreendimento, independentemente de culpa, entendendo-se como tais os decorrentes de quaisquer fatos que, sem a existência do empreendimento, não teriam ocorrido.

Assim, resta estabelecido, portanto, o nexo de causalidade no sentido de que quando as atividades de um empreendimento, ou fato da localização de suas instalações físicas, de qualquer forma, concorrerem para o evento causador do dano, o responsável (proprietário) será responsabilizado por este.

Como já abordado no Parecer jurídico de fls. 103/105, não há como aplicar a circunstância atenuante pleiteada.

Neste talante, quanto ao mérito, o Recurso restou infrutífero, haja vista que não trouxe qualquer fundamentação ou tese que pudesse favorecer o Autuado, tampouco descaracterizar ou desconstituir a infração capitulada.

O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável hoje neste caso é de R\$ 500.000,00.

III) CONCLUSÃO

Recomenda-se à CNR/COPAM o *indeferimento do recurso*, com a manutenção da multa aplicada, no valor de R\$ 74.487,00, por ser mais benéfico ao autuado, em obediência ao art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2009

Autora: Thais Pimenta Moreira Consultora Jurídica OAB/MG 91.196	Assinatura:
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 – MASP 1043.804-2	Assinatura: 